



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

**PROJETO DE LEI Nº 8.035, DE 2010**

**Aprova o Plano Nacional de  
Educação para o período 2011-2020  
e dá outras providências.**

**EMENDA MODIFICATIVA**

Modifica o item 12.6, do anexo do Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, passando a ter a seguinte redação:

**12.6)** Expandir o financiamento estudantil por meio do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES, de que trata a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, por meio da constituição de fundo garantidor do financiamento, de forma a dispensar progressivamente a exigência de fiador, com a ampliação de 50% ( cinquenta por cento) ao ano.

**Justificativa**

O acesso do aluno de classes E, D, C ao ensino superior é dependente de financiamento estudantil ao ensino superior. Com efeito, os recursos destinados a esse tipo específico de financiamento devem sofrer um crescimento anual, com o estabelecimento de metas específicas.

A ambiciosa meta de dez milhões de alunos na educação superior, quando o Censo da Educação Superior - 2009 acusa menos de seis (5.954.021), somente poderá obter êxito com a decisiva participação da livre iniciativa na oferta de cursos e no financiamento amplo e flexível dos estudantes que não têm condições de custearem seus próprios estudos.

A presente emenda pretende introduzir metas anuais no processo do financiamento estudantil, pelo Fies, de modo a permitir que a livre iniciativa possa contribuir mais decisivamente no cumprimento da meta de expansão de



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

matrículas na educação superior, elevando a taxa bruta para 50% e a taxa líquida para 33%.

Sala da Comissão, em        de        de 2004.

**Deputado Paulo Freire**

PR/SP